



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Ano académico 2021/2022

Curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica – Especialidade de Ciências Jurídico Internacionais

Unidade curricular

Direito Internacional da Pessoa Humana (TA) – 2.º Ciclo – Mestrado em Direito e Ciência Jurídica – Especialidade de Ciências Jurídico-Internacionais

Tema: Justiça Internacional e Direitos da Pessoa Humana: tendências actuais e desafios futuros

A unidade curricular visa em geral o estudo dos principais sistemas de justiça internacional contemporânea – universal e regional, de âmbito geral e especializado em razão da matéria –, bem como das relações entre os mesmos e entre estes e a Ordem Jurídica Portuguesa e a Ordem Jurídica da União Europeia. O tema monográfico da unidade curricular visa, em particular, o estudo da Justiça internacional contemporânea em matéria de protecção dos direitos da pessoa humana – tendências actuais e desafios futuros.

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular

Maria José Reis Rangel de Mesquita – 2 horas semanais

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Objectivos da aprendizagem (conhecimentos técnico-jurídicos):

- a aquisição dos conceitos técnicos jurídicos essenciais subjacentes à problemática dos sistemas de justiça internacional;
- a aquisição crítica de conhecimentos sobre a natureza e modo de funcionamento dos principais sistemas de justiça internacional contemporâneos com vista à utilização desses sistemas.

Objectivos da aprendizagem (aptidões e competências):

- a análise crítica comparativa dos elementos estruturantes dos sistemas (análise crítica transversal comparada);
- a análise crítica de *case law* e o seu contributo para a evolução do Direito Internacional (geral e especializado em razão da matéria);
- a compreensão crítica da relação entre os diversos sistemas e da relação entre a Ordem Jurídica da União Europeia e nacional e esses sistemas (estádio actual e perspectivas de evolução);
- a aquisição de competências essenciais para utilizar cada um ou vários desses sistemas em função dos litígios concretos e dos direitos envolvidos, em especial os sistemas transnacionais que permitem o acesso de sujeitos não estaduais.

Conteúdos programáticos

Tema:

Justiça Internacional e Direitos da Pessoa Humana: tendências actuais e desafios futuros

1. Introdução.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

2. Direito Internacional da pessoa humana: génese e evolução.
3. Os sistemas de protecção internacional da pessoa humana: sistema universal e sistemas regionais.
4. Justiça internacional e direitos da pessoa humana. 4.1 Justiça internacional: delimitação do conceito 4.2 Justiça internacional: elementos estruturantes 4.3 Justiça internacional e sistemas jurisdicionais de protecção da pessoa humana: justiça internacional universal e justiça internacional regional especializada em matéria de direitos da pessoa humana.
5. Justiça regional em matéria de direitos da pessoa humana: Europa. 5.1. O sistema da União Europeia 5.2 O sistema da Convenção Europeia dos Direitos do Homem.
6. Justiça regional em matéria de direitos da pessoa humana: África. 6.1 O sistema da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos 6.2 A relação com a União Africana e a fusão entre o Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos e o Tribunal de Justiça da União Africana.
7. Justiça regional em matéria de direitos da pessoa humana: América. 7.1 O sistema da Convenção Americana de Direitos Humanos 7.2 Outros
8. Justiça internacional e direitos da pessoa humana: tendências actuais e desafios futuros.
 - 8.1 Relações entre a Justiça regional e as ordens jurídicas nacionais. 8.1.1 O diálogo entre os tribunais transnacionais e os tribunais nacionais, em especial os tribunais constitucionais 8.1.2 O problema do nível (mais elevado) de protecção dos direitos da pessoa humana 8.1.3 A noção de violações estruturais e os acórdãos 'piloto' 8.1.4 A execução das sentenças dos tribunais transnacionais na ordem jurídica interna, em especial o recurso extraordinário de revisão 8.1.5 A reparação razoável e as acções de responsabilidade. 8.1.6 Crises política, financeira, migratória e pandémica e controlo judicial em matéria de direitos humanos.
 - 8.2 Mudanças de paradigma e perspectivas de evolução: 8.2.1. O diálogo entre os tribunais transnacionais em matéria de direitos humanos. 8.2.2 Os meios (contenciosos) de relacionamento entre os tribunais transnacionais e os tribunais nacionais e o Protocolo N.º 16 à CEDH 8.2.3 A relação entre sistemas transnacionais: a adesão da União Europeia à Convenção Europeia dos Direitos do Homem – a renegociação da adesão 8.2.4 A reforma do sistema da CEDH 8.2.5 A fusão de tribunais transnacionais 8.2.6 Concorrência de sistemas (não judiciais e judiciais) de protecção dos direitos da pessoa humana e vias de solução.
 - 8.3 Direitos humanos: a letra dos catálogos e o desafio de novos contextos – exemplos.

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos integram uma abordagem completa dos aspectos principais dos sistemas contemporâneos de justiça internacional numa dupla perspectiva: a perspectiva comparativa transversal a partir dos seus elementos estruturantes e a perspectiva de cada sistema individualmente considerado, quer na sua



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

vertente material, quer na sua vertente processual. Tal abordagem permite o conhecimento desses sistemas com vista à sua utilização futura – em razão da matéria envolvida no diferendo a resolver.

Por seu lado, os conteúdos programáticos englobam uma abordagem do seu relacionamento com as ordens jurídicas portuguesa e da União Europeia, tendo em conta que a resolução de diferendos e a protecção de direitos tem lugar hoje ao nível nacional e transnacional – em especial regional europeu. Tal abordagem permite o conhecimento dessas relações com vista à articulação, em cada caso, dos meios nacionais e transnacionais relevantes para a resolução de diferendos.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

A metodologia de ensino assenta em três vectores: uma introdução teórica a cada ponto dos conteúdos programáticos através de método expositivo e da problematização das questões; a análise e comentário crítico de jurisprudência (*case law*) relativa aos principais sistemas de Justiça Internacional e dos textos que os instituem; a elaboração de simulação (Ex. petição individual ao TEDH) – de acordo com a indicação prévia das matérias e da jurisprudência e outros documentos para preparação da aula por parte dos mestrandos. Para o efeito, privilegia-se a utilização da plataforma de *e-learning* da Universidade de Lisboa, com uma página própria para a unidade curricular.

A metodologia de avaliação assenta em dois vectores: uma componente prática (análise crítica de jurisprudência, comentário de artigo dos Tratados que instituem sistemas de justiça internacional ou elaboração de peça processual); uma componente de investigação e elaboração de trabalho escrito sobre um tema específico do programa de acordo com a formação e os interesses individuais dos mestrandos.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A introdução teórica e problematização das questões jurídicas permite a aquisição dos conceitos técnico-jurídicos subjacentes à problemática dos sistemas de justiça internacional e dos conhecimentos essenciais sobre a caracterização e modo de funcionamento dos vários sistemas objecto de estudo.

A análise e comentário crítico dos textos institutivos dos sistemas de justiça internacional (artigos temáticos) e da jurisprudência, bem como a elaboração de simulações (sob a forma de peças processuais) permite em especial uma compreensão do modo de funcionamento dos sistemas na prática – em termos materiais e processuais – com vista à sua utilização face a um litígio concreto – sistema ou sistemas relevantes e modo de articulação entre o nível nacional e transnacional

Bibliografia principal

Em língua portuguesa:

MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *Justiça Internacional. Lições, Parte I – Introdução*, Lisboa, AAFDL, 2010

MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *Justiça Internacional. Lições. Parte II – Justiça Internacional Regional, Justiça Especial. Justiça Regional especializada em matéria de Direitos Humanos. Introdução. Europa*, Lisboa, AAFDL, 2020

AAVV, *Organizações Internacionais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2.^a ed., 2006; 4.^a ed, Coimbra Editora, 2011

AFONSO D'OLIVEIRA MARTINS e MARGARIDA SALEMA D'OLIVEIRA MARTINS, *Organizações Internacionais*, Vols. I e II, 2.^a ed., Lisboa, AAFDL, 1996

ANA MARIA GUERRA MARTINS, *Direito Internacional dos Direitos Humanos*, Coimbra, Almedina, 2014 (reimpr.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

2017)

ANDRÉ GONÇALVES PEREIRA e FAUSTO DE QUADROS, *Manual de Direito Internacional Público*, 3.^a ed., Coimbra, Almedina, 1993 (6.^a reimpr., 2005)

CARLOS BLANCO DE MORAIS, *Direito Internacional Público, Sumários Desenvolvidos*, 2.^a ed., Lisboa, AAFDL, 2012

EDUARDO CORREIA BAPTISTA, *Direito Internacional Público, Vol. I*, Lisboa, AAFDL, 2015, Vol. II, Lisboa, AAFDL, 2015

FILIPA ARAGÃO HOMEM, *O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e o Sistema de Protecção de Direitos Fundamentais Nacional. Estudo sobre a aplicação do princípio da subsidiariedade no caso português*, Coimbra, Almedina, 2019

IRINEU CABRAL BARRETO, *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 5.^a ed. (reimpr.), Coimbra, Almedina, 2015

JOAQUIM DA SILVA CUNHA E MARIA DA ASSUNÇÃO DO VALE PEREIRA, *Manual de Direito Internacional Público*, 2.^a ed., Coimbra, Almedina, 2004

JÓNATAS E. M. MACHADO, *Direito Internacional – Do Paradigma Clássico ao pós-11 de Setembro*, 5.^a ed., Coimbra, Gestlegal, 2019

JORGE BACELAR GOUVEIA, *Manual de Direito Internacional Público. Introdução, Fontes, Relevância, Sujeitos, Domínio, Garantia*, 5.^a ed., Coimbra, Almedina, 2017

JORGE MIRANDA, *Curso de Direito Internacional Público*, 6.^a ed., Estoril, Principia, 2016

MARIA LUÍSA DUARTE, *Direito Internacional Público e Ordem Jurídica Global do Século XXI*, Lisboa, AAFDL, 2016

MARIA LUÍSA DUARTE, *União Europeia e Direitos Fundamentais – No Espaço da Internormatividade*, Lisboa, AAFDL, 2006

MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *Direito Internacional Penal e Ordem Jurídica Portuguesa. Textos básicos*, Lisboa, AAFDL, 2006

Paulo PINTO DE ALBUQUERQUE (Org.), *Comentário da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e dos Protocolos Adicionais, Vol. I*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa (UCP), 2019; *Vol. II*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa (UCP), 2019; *Vol. III*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa (UCP), 2020

JOÃO OTÁVIO DE NORONHA e Paulo PINTO DE ALBUQUERQUE (Org.), *Comentário à Convenção Americana sobre Direitos Humanos*, Tirant Brasil, 2020

ANTÔNIO CANÇADO TRINDADE, *Os Tribunais Internacionais Contemporâneos, Brasília, Funag, 2013* (www.funag.gov.br)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Em língua estrangeira:

FRÉDÉRIC SUDRE, LAURE MILANO e HÉLÈNE SURREL, *Droit européen et International des droits de l'homme*, 14.^a ed., Paris, PUF, 2019

WILLIAM A. SHABAS, *The European Convention on Human Rights. A Commentary*, Oxford, University Press, 2017

JEAN-FRANÇOIS RENUCCI, *Droit européen des droits de l'homme*, 7.^a ed., Paris, LGDJ, 2017

FRANCIS G. JACOBS, ROBIN C. A. WHITE, CLARE OVEY (BERNARDETTE RAINEY, ELIZABETH WICKS, CLARE OVEY), *The European Convention on Human Rights*, 7.^a ed., Oxford. Oxford University Press, 2017

ILIAS BANTEKAS, LUTZ OETTE, *International Human Rights Law and Practice*, 2.^a ed., Cambridge, Cambridge University Press, 2016

MALCOLM EVANS, RACHEL MURRAY, *The African Charter on Human and Peoples' Rights*, 2.^a ed., Cambridge, Cambridge University Press, 2011

YVES HAECK, OSWALDO RUIZ CHIRIBOGA, CLARA BURBANO HERRERA (ed.), *The Inter-American Court of Human Rights, Theory and Practice, Present and Future*, Cambridge, Intersentia, 2015

CHITTARANJAN AMERASINGHE, *Jurisdiction of International Tribunals*, Kluwer Law International, The Hague, 2003

CHITTARANJAN AMERASINGHE, *Jurisdiction of Specific International Tribunals*, Martinus Nijhoff, Leiden, 2009

RUTH MACKENZIE, CESARE ROMANO, YUVAL SHANY E PHILIPPE SANDS, *The Manual on International Courts and Tribunals*, 2.^a ed., Oxford, University Press, 2010

YUVAL SHANY, *Assessing the Effectiveness of International Courts*, Oxford, University Press, 2014

YUVAL SHANY, *The competing Jurisdictions of International Courts and Tribunals*, Oxford, University Press, 2003

CESARE ROMANO, KAREN ALTER, YUVAL SHANY, *The Oxford Handbook of International Adjudication*, Oxford, University Press, 2014

DARIO MOURA VICENTE (Ed.), *Towards a Universal Justice? Putting International Courts and Jurisdictions into Perspective* (Collected papers of the ILA Regional Conference Held in Lisbon in 2014), Brill-Nijhoff, 2016

ARMIN VON BOGDANDY E INGO VENZKE, *In Whose name? A Public Law Theory of International Adjudication*, Oxford, University Press, 2016

KAREN ALTER, LAURENCE HELFER E MIKAEL MADSEN (Ed.), *International Court Authority*, Oxford, University Press, 2018

NIKOLAOS LAVRANOS, *Jurisdictional Competition. Selected Cases in International and European Law*, European Law Publishing, 2009



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Theresa Squatrito et al. (ed.), *The Performance of International Courts and Tribunals*, Cambridge, Cambridge University Press, 2018

William Schabas, Shannon Brooke Murphy (ed.), *Research Handbook on International Courts and Tribunals*, Cheltenham, Edward Elgar Publishing, 2017

Tobias Lock, *The European Court of Justice and International Courts*, Oxford, 2015

Fisnik Korenica, *The EU Accession to the ECHR between Luxembourg's search for autonomy and Strasbourg credibility on human rights protection*, Cham, Springer, 2015

Vasiliki Kosta (ed.), *The EU accession to the ECHR*, Oxford, Hart, 2014

Iliopoulos-Strangas, Pereira da Silva, Potacs (ed.), *The Accession of the European Union to the ECHR, The Impact on the Protection of Fundamental Rights in Europe*, Baden-Baden, Nomos, 2013

Chiara Giorgetti (Ed.), *The Rules, Practice and Jurisprudence of International Courts and Tribunals*, Brill-Nijhoff, 2012

Manuel Diez de Velasco, *Las Organizaciones Internacionales*, 16.^a ed., Madrid, Tecnos, 2010

Antonio Cassese, *International Law*, 2.^a ed., Oxford, University Press, 2005

Patrick Daillier, Mathias Forteau e Alain Pellet, *Droit International Public*, 8.^a ed., Paris, LGDJ, 2009



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Curricular unit sheet

Academic year 2021/2022

Course - Master in Law and Legal Science – Legal-International Sciences

Curricular unit

International Human Rights Law - 2nd Cycle – Master in Law and Legal Science – Legal-International Sciences

Main topic: International Justice and Human Rights – Current Trends and Future Challenges

The curricular unit aims in general at the study of the main systems of contemporary international justice – universal and regional, general and specialized *ratione materiae* – as well their respective relationship and the relationship with the Portuguese legal order and the European Union legal order. The main topic aims, in particular, at the study of the contemporary international justice specialized in the protection of human rights – current trends and future challenges

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit

Maria José Reis Rangel de Mesquita – 2 hours/week

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

Not applicable

Learning outcomes of the curricular unit

Learning outcomes (juridical knowledge):

- to acquire the relevant technical-juridical key concepts which are essential to understand the problematic of the international justice systems;
- to acquire knowledge on the juridical nature and the way of functioning of the main international justice systems in order to know how to use those systems in practice.

Learning outcomes (skills and competences):

- critical analysis of those systems regarding its basic structural elements (transversal critical comparative analysis);
- critical analysis of the case law produced by those systems (both international courts and international jurisdictional institutions) as well as of its contribute to the development of the (general and specialized) International Law);
- critical comprehension of the relationship between those systems of contemporary international justice as well as of the relationship between the EU legal order and the Portuguese legal order and those systems (current state and perspectives of evolution);
- acquire the necessary skills to be able to use each of those systems according to the dispute to be solved and the rights involved in dispute, specially of the transnational systems opened to non-state subjects (individuals and others).

Syllabus

Main Topic:

International Justice and Human Rights: Current Trends and Future Challenges

1. Introduction.
2. International Human Rights Law: evolution.
3. The systems for the protection of Human Rights: universal system and regional systems.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

4. International Justice and Human Rights. 4.1 International Justice: concept. 4.2 International justice: structural elements. 4.3 International Justice and judicial systems for protection of Human Rights: international justice and regional justice specialized in Human Rights.

5. Regional justice and Human Rights: Europe. 5.1. The EU system 5.2 The ECHR system.

6. Regional justice and Human Rights: Africa. 6.1 The ACHPR System 6.2 The relationship with the African Union and the fusion between the ACHPR and the Court of Justice of the African Union.

7. Regional justice and Human Rights: America. 7.1 The ACHR system 7.2 Others.

8. International Justice and Human Rights: current trends and future challenges

8.1 The relationship between International Justice and national legal orders. 8.1.1 The dialogue between international and national courts, especially constitutional courts. 8.1.2 The issue of the (higher) level of the protection of Human Rights. 8.1.3 Structural violations and 'pilot' judgments. 8.1.4 The execution of the judicial decisions of international courts in the national legal order, especially the 'recurso extraordinário de revisão' (extraordinary revision appeal) 8.1.5 Just satisfaction and liability actions. 8.1.6 Political, financial, migration and pandemic crisis and judicial protection of human rights

8.2 Changes of paradigm and future perspectives. 8.2.1 The dialogue between international courts.

8.2.2 The judicial instruments of relationship between international and national courts and Protocol 16 to the ECHR. 8.2.3 The relationship between non-national judicial systems: the accession of the EU to the ECHR – the renegotiation of the accession. 8.2.4 The reform of the ECHR system. 8.2.5 The fusion between international courts 8.2.6 Competition between (non judicial and judicial) systems for the protection of Human Rights and possible solutions.

8.3 Human rights: the wording of the catalogues and the defying of new contexts.

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

The syllabus includes a complete approach of the main aspects of the contemporary systems of international justice in a dual perspective: the horizontal comparative perspective based on their structural elements and the individual perspective of each system both in its material and procedure features. Such approach allows the knowledge of such systems aiming at its future use according to the nature of the dispute to be solved through such systems.

Moreover, the syllabus includes the approach of the relationship between the mentioned systems and the Portuguese and EU legal orders, considering that the dispute settlement and the protection of rights takes place at present both at national and transnational level, specially at regional European level. This approach allows the knowledge of such relationships aiming at the coordination, in each case, of the national and transnational relevant means in order to solve the disputes.

Teaching methodologies (including evaluation)

Teaching methodologies are based in three elements: a theoretical introduction to each subject of the syllabus through the use of the expository method and the identification of the main problematic juridical issues; the critical analysis of the relevant case law and of selected material and procedural rules of the systems; the drafting of a procedural piece – according to previous identification of the topics to be analysed and of the relevant documents and doctrine for previous preparation by the students. In this respect priority is given to the use of the *e-learning*



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

platform of the University of Lisbon with a specific page for this curricular unit.

Evaluation methodology is based in two elements: a practical element (critical analysis of case law, critical analysis and commentary of selected rules guiding the systems or procedural piece); and a research element in order to write a paper on a specific topic according to the background of the students (law, international relations, other) and their individual thematic preferences.

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

The theoretical introduction and identification of the juridical issues allows the acquisition of the key juridical concepts regarding the systems of international justice as well of the knowledge on the nature and modus operandi of each system.

The critical analysis of the rules of each system (selected material and procedural rules) as well of the case law and the drafting of a procedural piece allows in particular the comprehension of the system in practice, aiming at its use when facing a concrete dispute – identifying the relevant systems or systems that may be used and how they relate to the national level.

Main Bibliography

In Portuguese language:

MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *Justiça Internacional. Lições, Parte I – Introdução*, Lisboa, AAFDL, 2010

MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *Justiça Internacional. Lições. Parte II – Justiça Internacional Regional, Justiça Especial. Justiça Regional especializada em matéria de Direitos Humanos. Introdução. Europa*, Lisboa, AAFDL, 2020

AAVV, *Organizações Internacionais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2.^a ed., 2006

MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *Direito Internacional Penal e Ordem Jurídica Portuguesa. Textos básicos*, Lisboa, AAFDL, 2006

Paulo PINTO DE ALBUQUERQUE (Org.), *Comentário da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e dos Protocolos Adicionais, Vol. I*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa (UCP), 2019; *Vol. II*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa (UCP), 2019; *Vol. III*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa (UCP), 2020

JOÃO OTÁVIO DE NORONHA e Paulo PINTO DE ALBUQUERQUE (Org.), *Comentário à Convenção Americana sobre Direitos Humanos*, Tirant Brasil, 2020

ANTÔNIO CANÇADO TRINDADE, *Os Tribunais Internacionais Contemporâneos, Brasília, Funag, 2013* (www.funag.gov.br)

In other languages:

FRÉDÉRIC SUDRE, LAURE MILANO e HÉLÈNE SURREL, *Droit européen et International des droits de l'homme*, 14.^a ed., Paris, PUF, 2019

WILLIAM A. SHABAS, *The European Convention on Human Rights. A Commentary*, Oxford, University Press, 2017

JEAN-FRANÇOIS RENUCCI, *Droit européen des droits de l'homme*, 7.^a ed., Paris, LGDJ, 2017



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

FRANCIS G. JACOBS, ROBIN C. A. WHITE, CLARE OVEY (BERNARDETTE RAINEY, ELIZABETH WICKS, CLARE OVEY), *The European Convention on Human Rights*, 7.^a ed., Oxford. Oxford University Press, 2017

ILIAS BANTEKAS, LUTZ OETTE, *International Human Rights Law and Practice*, 2.^a ed., Cambridge, Cambridge University Press, 2016

MALCOLM EVANS, RACHEL MURRAY, *The African Charter on Human and Peoples' Rights*, 2.^a ed., Cambridge, Cambridge University Press, 2011

YVES HAECK, OSWALDO RUIZ CHIRIBOGA, CLARA BURBANO HERRERA (ed.), *The Inter-American Court of Human Rights, Theory and Practice, Present and Future*, Cambridge, Intersentia, 2015

CHITTARANJAN AMERASINGHE, *Jurisdiction of International Tribunals*, Kluwer Law International, The Hague, 2003

CHITTARANJAN AMERASINGHE, *Jurisdiction of Specific International Tribunals*, Martinus Nijhoff, Leiden, 2009

MALCOLM N. SHAW, *International Law*, 6.^a ed., Cambridge, Cambridge University Press, 2008

RUTH MACKENZIE, CESARE ROMANO, YUVAL SHANY E PHILIPPE SANDS, *The Manual on International Courts and Tribunals*, 2.^a ed., Oxford, University Press, 2010

YUVAL SHANY, *Assessing the Effectiveness of International Courts*, Oxford, University Press, 2014

YUVAL SHANY, *The competing Jurisdictions of International Courts and Tribunals*, Oxford, University Press, 2003

CESARE ROMANO, KAREN ALTER, YUVAL SHANY, *The Oxford handbook of International Adjudication*, Oxford, University Press, 2014

DARIO MOURA VICENTE (Ed.), *Towards a Universal Justice? Putting International Courts and Jurisdictions into Perspective* (Collected papers of the ILA Regional Conference Held in Lisbon in 2014), Brill-Nijhoff, 2016

ARMIN VON BOGDANDY E INGO VENZKE, *In Whose name? A Public Law Theory of International Adjudication*, Oxford, University Press, 2016

KAREN ALTER, LAURENCE HELFER E MIKAEL MADSEN (Ed.), *International Court Authority*, Oxford, University Press, 2018

NIKOLAOS LAVRANOS, *Jurisdictional Competition. Selected Cases in International and European Law*, European Law Publishing, 2009

THERESA SQUATRITO et al. (ed.), *The Performance of International Courts and Tribunals*, Cambridge, Cambridge University Press, 2018

WILLIAM SCHABAS, SHANNONBROOKE MURPHY (ed.), *Research Handbook on International Courts and Tribunals*, Cheltenham, Edward Elgar Publishing, 2017

TOBIAS LOCK, *The European Court of Justice and International Courts*, Oxford, 2015

FISNIK KORENICA, *The EU Accession to the ECHR between Luxembourgs search for autonomy and Strasbourg credibility on human rights protection*, Cham, Springer, 2015



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

VASILIKI KOSTA (ed.), *The EU accession to the ECHR*, Oxford, Hart, 2014

ILIOPOULOS-STRANGAS, PEREIRA DA SILVA, POTACS (ed.), *The Accession of the European Union to the ECHR, The Impact on the Protection of Fundamental Rights in Europe*, Baden-baden, Nomos, 2013

CHIARA GIORGETTI (Ed.), *The Rules, Practice and Jurisprudence of International Courts and Tribunals*, Brill-Nijhoff, 2012

MANUEL DIEZ DE VELASCO, *Las Organizaciones Internacionales*, 16.^a ed., Madrid, Tecnos, 2010

ANTONIO CASSESE, *International Law*, 2.^a ed., Oxford, University Press, 2005

PATRICK DAILLIER, MATHIAS FORTEAU e ALAIN PELLET, *Droit International Public*, 8.^a ed., Paris, LGDJ, 2009